

Homens da Ordem e Homens do Século: Memória, educação e ação política no Exército brasileiro dos anos 1930

CLARICE BERKOWICZ*

NATÁLIA VIAL**

O primeiro volume do ano de 1935 da revista *A Defesa Nacional* trazia na sessão dedicada a Assuntos Pedagógicos um pequeno texto de Oliveira Viana intitulado *O oficial e a educação política*. Nele, o autor de *Raça e Assimilação* e *O idealismo da Constituição* associava o papel do militar, oficial e soldado ao do cenobita. O soldado, para ele, pertenceria a uma classe não comparável a nenhuma outra civil: “a classe que está incumbida à defesa da nação só encontra seu símile nas ordens religiosas”(VIANA: 1935).¹

A revista fundada pelos “jovens turcos”, apelido dos jovens oficiais de ímpeto modernizador oriundos da Missão Militar Alemã, em 1913, era apresentada como uma publicação de assuntos militares e buscou ao longo de sua existência pensar o Exército brasileiro como uma instituição moderna e profissional.

Os oficiais que estiveram à frente das tropas que destituíram o presidente Washington Luís em 1930 foram indispensáveis na instituição do governo discricionário e da ditadura de 1937 comandaram o Exército nos anos 1930. Instituição cindida pelo tenentismo nos anos 1920 e pelos diversos movimentos políticos ocorridos até 1937, o Exército começa o seu movimento rumo à modernização, agora em uma posição de poder privilegiada.

Diversas medidas tiveram de ser tomadas para impedir a participação dos oficiais subalternos e superiores em conspirações e levantes que poderiam comprometer arranjo político iniciado em 1930. A participação dos militares no movimento de 1930 abriu muitos precedentes para uma instabilidade institucional: era preciso garantir a ação centralizada do Exército, que precisava agora agir em bloco. Eventos como o empastelamento do jornal *Diário Carioca* em 1932, promovido por soldados comandados

*Doutoranda PPGHIS/UFRJ.

**Mestra PPHR/UFRRJ.

por oficiais do Exército, que alvejaram a fachada do prédio onde funcionava o jornal, na Praça Tiradentes, e depois destruíram todo o seu maquinário, não deveriam mais ocorrer.

O editorial do jornal, apesar de defensor do movimento político militar de 1930, passou a criticar o chefe do Governo Provisório- Getúlio Vargas- que até então vinha governando através de decretos, e a defender o retorno à ordem constitucional. O ato de insubordinação foi praticado a revelia do comando do Exército e dos militares em torno de Getúlio, entre eles o recém chegado ao generalato Pedro Aurélio de Góes Monteiro, futuro ministro da Guerra.

Era preciso acalmar os ânimos dos revolucionários reunidos no Clube 3 de Outubro, desejosos do aprofundamento dos traços militares e autoritários do governo iniciado em 1930. A ação política, a partir de então, deveria ser controlada pelo alto comando do Exército, que após a Revolução paulista de 1932 ajudou a consolidar o projeto de poder autoritário e antiliberal vitorioso em 1937.

Um outro evento ocorrido alguns anos após a revolução paulista de 1932 teve papel fundamental na consolidação da ditadura do Estado novo: o levante comunista de novembro 1935. As narrativas veiculadas pelo Exército, pelo governo e jornais ajudaram a criar um ambiente favorável ao fechamento do regime, visto que o comunismo passou a ser considerado a grande ameaça externa e interna ao país e à nacionalidade.

No interior do Exército, desde então o evento foi rememorado através de cerimônias oficiais em homenagem aos soldados mortos, algumas delas com a presença de autoridades civis e militares. Devemos ressaltar que estas comemorações não levavam em conta as baixas em ambos os lados, apresentando os militares comunistas como conspiradores e traidores.

Na acelerada década de 1930 o Exército passou a fundamentar cada vez mais sua legitimidade institucional de forma bastante precisa: alegava ser a encarnação das aspirações nacionais e estar acima dos interesses regionais e partidários. Para atingir seus objetivos, os oficiais que estavam à frente do Exército tiveram que lançar mão de uma operação complexa: abrir a sociedade ao Exército e, ao mesmo tempo, fechá-lo à sociedade (CARVALHO, 2005: 97). A abertura da sociedade ao Exército se daria por meio do convencimento da importância da defesa nacional e da guerra, que incluía em

plano destacado o combate ao comunismo, além da ampliação do serviço militar por meio do recrutamento universal e obrigatório.

Esse duplo movimento se afirmava com base em uma clivagem social, fundamentada na ideia de que certos elementos não deveriam ingressar na carreira do oficialato, embora devessem servir nas fileiras do Exército como soldados: o oficialato, quadro de onde sairiam os futuros chefes militares, deveria ser depurado socialmente, ideologicamente e racialmente. A palavra depurada aqui é utilizada no sentido atribuído pelos intelectuais militares e civis conservadores, imbuídos de noções organicistas, moralizantes e negativas, sobre a formação da sociedade brasileira.

Foram muitas as medidas tomadas pelos chefes militares com o objetivo de criar uma elite militar e grande parte, tais medidas se baseavam em avaliações racistas, eugênicas, e socialmente negativas sobre a “natureza” a população brasileira. Além do racismo, o anticomunismo e o antisemitismo também são traços marcantes do pensamento político conservador brasileiro que esteve presente de maneira estruturante- assim acreditamos- nas práticas institucionais do Exército nos anos 1930 e 1940.

Pesquisa recente mostra que a formação dos oficiais do Exército possui, a partir de 1937, um padrão bastante discriminatório na admissão de alunos na Escola Militar do Realengo. Esta política de admissão evitava o ingresso de elementos considerados nocivos ao Exército e ao país. Estas restrições recaíam principalmente sobre negros, estrangeiros, judeus e candidatos adeptos a “ideias estranhas” à nacionalidade e ao Exército (RODRIGUES: 2010.P.85)

Ao mesmo tempo em que o Exército se define como escola de civismo, moral e bons hábitos para a população brasileira, através do recrutamento universal, é restringido o acesso às escolas de formação de oficiais. O reordenamento do Exército, começado nos anos 1930, também tornou necessária a construção de uma educação militar corporativa, onde a profissionalização é forjada dentro do campo político. A educação militar profissional não era pensada fora desta agenda, ou dissociada do campo político, embora os militares defensores da modernização do Exército insistissem em um modelo ideal de militar avesso à política.

Os articulistas da revista *A Defesa Nacional*, sobretudo os jovens turcos, operavam uma distinção entre a política com p minúsculo- a partidária e liberal ou a

política sindical, para eles sujeita a corrupção, e a política com P maiúsculo- a política de Estado ou do alto comando do Exército, capaz de conduzir o país rumo ao tipo de desenvolvimento que desejavam (CAPELA: 1985. P.108).

Em termos geracionais, podemos dizer que esta maneira de pensar o Exército e a sociedade, orientou o ensino nas escolas militares, sendo importante na formação dos oficiais que pretendemos estudar. Passando por uma série de reformas que visavam a construção de uma cultura militar, as instituições de ensino do Exército herdaram do positivismo não a noção de que o Exército é a vanguarda do povo, e sim a de que ele deve guiar o povo rumo ao desenvolvimento. Isto resultou em uma reelaboração do papel do Exército na sociedade, onde este passa a representar os interesses da nação, associando a construção do espírito corporativo à elaboração de um ideal de nacionalidade e de sociedade. É em meio a essas reformas que gostaríamos de situar o então capitão Severino Sombra de Albuquerque.

Alguns meses após a publicação do pequeno artigo de Viana, a revista A Defesa Nacional trazia na seção de Estudos Sociais um texto de autoria do capitão Severino Sombra, de teor bastante secular: *Noções de Sociologia*. O artigo era resultado das aulas de sociologia ministradas pelo capitão, no ano de 1935, aos cadetes do 1º ano da Escola Militar². O capitão apresentava seu estudo da seguinte maneira:

Seria ridículo supor que na atual situação do mundo um jovem oficial (...) com o traço inacabável da secular tradição dos exércitos ibero-americanos, atravessasse os dias ameaçadores que vivemos com a mais cândida e displicente indiferença (...).

Na concepção de Sombra, o oficial deveria estar preparado para resistir à sedução de “doutrinas dissolventes”. Somente o ensino de sociologia ministrado no interior do Exército por oficiais preparados e incumbidos a dar aos estudantes uma sólida formação sociológica, poderia preparar o jovem oficial para lidar com a “avalanche de livros da mais diversa natureza”, presentes nas bibliotecas dos quartéis ou mesmo as civis.

O oficial não deveria esperar chegar à Escola de Estado Maior para ter contato com a sociologia e sim começar a formar desde cedo uma “base doutrinária” para que “o

² O ensino de sociologia chegou a ser implementado temporariamente na Escola Militar do Realengo mas contou com a resistência de muitos oficiais. No período em questão Severino Sombra esperava que o regulamento da escola fosse alterado a fim de incluir a sociologia como disciplina obrigatória na formação dos cadetes.

aluno venha julgar um regime melhor que o outro”. O oficial deveria ser formado dentro de uma cultura que o autor julgava sociológica para que não chegasse ao Estado Maior seduzido por “ideias dissolventes”.

Embora Sombra não dê nome a essas ideias, podemos inferir, analisando outros escritos do autor, que o perigo mencionado reportavam aos movimentos políticos de caráter liberal e também ao comunismo. Sombra apontava a necessidade da tradução de livros que tratam de questões da sociologia- ainda que ele entenda uma gama heterogênea de autores como propriamente sociológicos.

Assim, ao mesmo tempo em que o Exército se reordenava e tentava se colocar como o mais importante aparelho de sustentação do Estado brasileiro, ocorria uma ação educacional pensada por alguns elementos pertencentes às suas instituições, sejam de memória, de ensino ou de produção editorial³.

Alguns militares, como o capitão Severino Sombra, estiveram envolvidos nesses três campos. Foram professores e instrutores e atuaram nos centros de memória e produção editorial do Exército, como Instituto de História e Geografia Militar, o Arquivo Histórico Militar e a Biblioteca Militar Editora, todos criados na década de 30.

A geração de oficiais que em 1930 estava em plena ascensão na carreira militar e que não ascendeu rapidamente ao generalato após o movimento de 1930, ocupando cargos políticos estratégicos, como é o caso dos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, ainda é pouco estudada. O fato de não estarem na ponta da ação política, no entanto, nos fornece uma chave diferente para a compreensão e problematização sobre a instituição militar neste momento.

Referências Bibliográficas

³ BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro durante o Estado Novo: 1937-1942. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual. UFRRJ, 2014.

CAPELA, Leila Maria Correia. As malhas de aço no tecido social. A revista A Defesa nacional e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói:1985.

CARVALHO, José Murilo de. As forças Armadas na Primeira República. O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel. T.3, V.2, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RODRIGUES, Fernando. Indesejáveis. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército (1905-1946). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2010.

VIANA, Oliveira. O oficial e a educação política. A Defesa Nacional n. 249, 1935.